

EDITORIAL DRd - v. 7, n. 1 (2017)

Apresentamos a primeira edição de 2017 da revista Desenvolvimento Regional em debate, com onze artigos, de autores dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Ceará.

Iniciamos a edição com o artigo *As diferentes interpretações dos conceitos de Indicações Geográficas por instituições brasileiras*, o qual polemiza questões sobre a Indicação Geográfica (IG) no Brasil, reafirmando alertas de outros autores quanto às divergências em relação às normas internacionais, neste caso, referindo-se às diferentes formas de interpretação dadas pelas instituições quanto ao conceito de notoriedade e reputação e como isso reflete nos processos de IG.

Seguem-se três artigos que abordam questões relacionadas ao espaço rural, sendo que o primeiro deles, *Evolução dos sistemas agrários no território de produção do “abacaxi terra de areia” no litoral do Rio Grande do Sul*, tem relação com o tema IG. O mesmo faz caracterizações e análises sobre o cultivo do abacaxi, conhecido como “terra de areia”, que ocorre em pequenas propriedades no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com o propósito de levantar dados e discutir o potencial para habilitar-se ao instituto da IG. A caracterização é feita a partir da reconstituição dos sistemas agrários, situando o cultivo do abacaxizeiro na história da região. Assim, nos estudos preliminares, as condições de solo são apontadas como um fator importante para explicar a notoriedade do abacaxi localmente produzido. O segundo artigo, *Agricultura familiar e autonomia: a construção social e política de mercados no Noroeste Gaúcho*, parte da afirmação de que as formulações teóricas mais recentes evidenciam a importância da relação dos agricultores familiares com os mercados, tanto para sua reprodução social, quanto para as dinâmicas de desenvolvimento rural e que, dependendo do tipo de relação com o mercado, os sujeitos passam a situar-se numa posição de maior ou menor autonomia, ampliando ou restringindo as possibilidades de sua reprodução. O foco de análise está no Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal brasileiro. Os resultados evidenciam diferentes efeitos do programa em duas cooperativas analisadas, em relação à autonomia dos agricultores. Já o terceiro desse primeiro grupo de artigos, *A pobreza rural no Estado do Espírito Santo: invisibilidade e ações de enfrentamento a partir da implementação do Programa Incluir no Campo*, avalia o impacto de políticas públicas na redução da pobreza rural, tomando como foco de observação um programa implementado pelo Estado do Espírito Santo, utilizando entrevistas com gestores e extensionistas rurais, além da análise de dados censitários e estudo sobre os principais aspectos que orientam o Programa Incluir no Campo. A análise do Programa aponta uma nítida contradição entre os pressupostos da perspectiva das capacitações, presentes na sua concepção, e a utilização do fator renda como critério para definição do público-alvo, o que pode ser apontado como variável que explica situações de invisibilidade das pessoas em situação de extrema pobreza no meio rural.

Outros quatro artigos abordam questões relacionadas ao setor empresarial e urbano. O primeiro deles, *Espacialização industrial brasileira e nordestina: retratos e retalhos da*

fragmentação de um território se propõe analisar a dinâmica industrial brasileira e nordestina à luz das políticas de desconcentração industrial, entre 1985 e 2011. Os resultados mostram que o processo de desconcentração industrial ocorreu de forma ainda bastante centralizada nas regiões Sul e Sudeste, com perda de participação desta e ganho relativo daquela. No que se refere aos estados do Nordeste, a dinâmica da região ocorreu com forte concentração nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. O segundo, *Aglomerações produtivas por intensidade tecnológica e o desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses: uma análise espacial* investigou a relação existente entre o desenvolvimento econômico e os aglomerados produtivos, dos 399 municípios paranaenses, entre 1998 e 2014. Os resultados demonstram a existência de um efeito positivo das aglomerações, especialmente as da indústria de baixa tecnologia, sobre o desenvolvimento econômico nos municípios do Paraná. A indústria de alta tecnologia não se apresentou estatisticamente significativa, como variável explicativa para impulsionar o desenvolvimento dos municípios paranaenses. Também com utilização de análise estatística, o terceiro artigo da série, *Perfil locacional do emprego formal nas microrregiões do Rio Grande do Sul: 2004/2014* analisa a distribuição do emprego formal nas microrregiões do Rio Grande do Sul, nos anos 2004 e 2014, destacando quais atividades fazem parte da base exportadora. O estudo aponta que a especialização das microrregiões do RS está caminhando, cada vez mais, para a exportação de produtos secundários, com especialização tendendo ao setor terciário. Contudo, a agricultura mostrou ser um ramo que impulsiona as demais atividades, devido ao encadeamento para trás e para frente, atraindo e concentrando o emprego na maioria das microrregiões. Já o último artigo sobre a atividade industrial, *A precarização das condições de trabalho em “facções” do ramo têxtil/vestuário em Blumenau/SC: a face oculta da reestruturação produtiva* está focado nos impactos da atividade urbano-industrial, na precarização das condições de trabalho, em virtude do avanço da terceirização. Os aspectos analisados foram a identidade profissional, a saúde e a renda dos operários. Os resultados apontam elementos para o debate, do polêmico tema da terceirização, com contribuições para a elaboração de políticas públicas e o enfrentamento de situações de precarização.

Os últimos três artigos tratam de temas distintos. O primeiro, *O papel do Estado nas interpretações histórico-econômicas*, propõe-se apresentar um estudo de cunho teórico sobre o papel do Estado na economia, a partir da abordagem teórica que infere acerca do Estado e suas ações no mercado, à luz da teoria econômica. A partir daí, buscou-se, nos pressupostos teóricos clássicos, resgatar a discussão acerca do Estado quanto provedor no desempenho econômico. O norte central da investigação foi os pressupostos clássicos, keynesianos e institucionalistas com destaque em Douglas North. As principais contribuições destes autores revelam divergências acentuadas, mas com posicionamento afirmativo acerca da importância no crescimento econômico. O segundo artigo, *Transição demográfica no Rio Grande do Sul: um processo desafiador* analisa a transição demográfica no Rio Grande do Sul, com o fim de identificar oportunidades e desafios para os gestores. Os resultados mostram que o Estado está vivenciando o Primeiro Dividendo Demográfico, causado pela redução na taxa de dependência, devido à queda no número de jovens e aumento na população em idade ativa, e pelo crescimento da renda per capita, abrindo-se com isso várias oportunidades para melhoria na qualidade de ensino e qualificação da mão de obra. Como desafios, o estudo mostra que cresce rapidamente o número de idosos e a expectativa de vida, o que eleva a permanência dos mesmos nos programas sociais, impactando nos gastos orçamentários. Já o último artigo, *Sustentabilidade urbana e o desenvolvimento da cidade de São Francisco (EUA)*, objetiva identificar e descrever as práticas sustentáveis adotadas pela Administração Pública da cidade de São Francisco, localizada no Estado da Califórnia (EUA), por meio da condução de uma

pesquisa exploratória, caracterizada como descritiva e documental. São descritas práticas sustentáveis empregadas pela municipalidade, contemplando questões ambientais, econômicas e sociais, visando o desenvolvimento sustentável. A partir do estudo, os autores propõem a participação pública na geração de indicadores de sustentabilidade, visando à prática efetiva da democracia local na governança das cidades.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Valdir Roque Dallabrida - Editor-Chefe

Maria Luiza Milani - Editora Executiva